

Um perigo para os planos econômicos de Bresser: a política.

A advertência é de alguém que já esteve no poder: Pastore.

A política do ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, estará condicionada pela sua capacidade de ação política, afirmou ontem em São Paulo o ex-presidente do Banco Central e professor da FEA-USP, Affonso Celso Pastore. "E esta ação, como se sabe, não se encontra nos livros de Bresser", observou.

Em conferência feita ontem à tarde para uma platéia de corretores e executivos financeiros, na Bolsa de Valores de São Paulo, Pastore traçou um perfil da economia brasileira, dominada por problemas como a inflação crescente, o desgaste do balanço de pagamentos, a perspectivas de maior desaquecimento e as duas dificuldades básicas para o Ministério da Fazenda: 1) implantar uma política de austeridade nas áreas fiscal e monetária ante o risco de um agravamento do desaquecimento, que poderia até evoluir para uma recessão; 2) aplicar um novo choque heterodoxo, para o qual não há, em sua opinião, qualquer condições econômicas favoráveis, como as que existiram por ocasião do Plano Cruzado, em fevereiro do ano passado.

Preocupação no MAI 1987

O ex-presidente do Banco Central fez uma clara análise dos principais itens que devem constituir preocupação, hoje:

1. **Inflação** — Os índices de preços da Fundação Getúlio Vargas apontaram, em abril, maior inflação nos preços industriais e menor nos preços agrícolas. Até agora, portanto, a inflação tem sido ajudada pelo pico da safra e pelas colheitas, mas a partir de agora a agricultura tenderá a puxar os índices para cima. "A inflação latente é superior à dos índices" — advertiu o economista.

2. **Política cambial** — O nível baixo e cadente de reservas cambiais, decorrente dos baixos superávits comerciais, aponta para um desajuste externo. "O superávit não é suficiente para recuperar as reservas e renegociar a dívida externa." Pastore referiu-se favoravelmente à mididesvalorização de 7,5%, mas acrescentou que com ela, "o ministro admite que precisa mais câmbio para as exportações, o que torna latente a pressão inflacionária".

3. **Desaquecimento** — Há uma forte queda nas vendas, disse Pastore, ressaltando que "teoricamente, não estamos porém em recessão, já que o emprego e a produção industrial têm crescido". Não deve haver ilusões, entretanto, a respeito disso.

"Temos que atentar para a arrecadação do ICM" — enfatizou, recordando que a queda é da ordem de 35%, em termos reais, entre dezembro de 1986 e abril de 1987.

A arrecadação do ICM, explicou, é fortemente influenciada pelos estoques. No ano

passado, a desova dos estoques produziu um crescimento do ICM da ordem de 40%, em termos reais. O contrário está acontecendo agora, como sempre acontece — mostrou — quando se verifica tão-somente a recomposição dos estoques. Essa recomposição está mantendo as vendas da indústria para o comércio, "mas não se trata de estoques especulativos, e sim os ajustados para um período de vendas menores".

Pastore recomenda que se esperem mais alguns meses para que fique clara a dimensão do desaquecimento. Poderá ficar caracterizado um desaquecimento fraco, forte ou uma recessão, assinalou.

Um dado a mais para esse quadro é o de que alguns índices, como o da Fiesp, centram-se na atividade das grandes empresas e, portanto, não retratam, seja a mortalidade empresarial, sejam os problemas, muito maiores para as pequenas e médias empresas, que investiram por conta de uma demanda superaquecida, em 1986.

Choque

"O governo sabe que se cortar mais a demanda, a economia entrará em recessão. Austeridade fiscal e monetária, além disso, soa como proposta empiedernidamente ortodoxa, de gente que não conseguiu resolver a inflação no passado." Daí o apelo a um choque heterodoxo, observou.

O ex-presidente do Banco Central acredita, porém, que não há qualquer condição para sua aplicação, porque: 1) a inflação não é inercial, porque não é constante, e tende a ser maior em maio; 2) os preços não estão em equilíbrio, havendo, ao contrário, "um vigoroso processo de desalinhamento de preços relativos" — produto de reações em cadeia de aumentos substanciais ocorridos nas últimas semanas; 3) com a inflação prevista, a taxa de câmbio não poderia ser fixa, o que é essencial para a primeira fase de um programa heterodoxo; 4) o déficit público, ademais, "é alto e crescente", até porque os Estados sofrem com a queda do ICM; 5) a economia desmonetiza-se, ao contrário do que ocorreu em 1986, e assim o governo terá que colocar papéis a taxas de juros altas.

"Hoje não há credibilidade em razão do fracasso do Plano Cruzado. A credibilidade anterior vinha do ajuste externo, da possibilidade de renegociar a dívida. Estava muito melhor do que hoje. Restava combater uma inflação em parte inercial. Mas hoje se perdeu o ajuste externo, a capacidade de crescer, e a austeridade fiscal pode conduzir à recessão, enquanto o fracasso do Plano Cruzado colocou em risco aquele tipo de estratégia."

"Se o governo pensar logicamente — prosseguiu o professor da FEA-USP — não

pode fazer um choque do tipo Cruzado. Na caixinha de ouro das mágicas, foi usada a única possível. Mas quem usou foi um aprendiz de feiticeiro. Agora, temos de procurar de novo a fada madrinha. Para um novo Plano Cruzado, é preciso estabilizar a inflação, deixar a situação correr por longo tempo, ajustar a balança comercial, cortar o déficit público, recuperar a possibilidade de desindexar. E isto leva bem mais do que 60 ou 90 dias.

Riscos

Pastore apontou para o risco de que uma expansão monetária expressiva sancione as expectativas inflacionárias, que precisariam ser contidas pelo caminho da restrição da demanda.

O risco de expectativas exacerbadas de inflação deve ser contido pelas políticas fiscal e monetária, embora o governo possa ficar temeroso de que, assim, se caia na recessão:

"O governo tem quase um conjunto vazio de opções. Temo que o governo afrouxe quando se acentuar a recessão, o que traria a inflação a níveis mais altos."

Ressalvada essa hipótese, o economista não acredita que o quadro aponte, hoje, para uma hiperinflação. Para não descartá-la, entretanto, observa que os juros em abril já foram mais baixos do que no primeiro trimestre.

Superávit

O ex-presidente do Banco Central entende que um superávit comercial de US\$ 6 bilhões já seria um bom resultado em 1987, correspondendo a um número entre US\$ 700 e 800 milhões ao mês. Para isso, acrescenta, só há dois caminhos: a) contenção da demanda interna; b) reajuste cambial. "Se o governo quiser US\$ 8 bilhões de superávit, o reajuste terá de ser maior."

"O governo deveria ter festejado menos a vitória de Pirro do Plano Cruzado", criticou.

Respondendo a perguntas do auditório que lotou o primeiro andar da Bovespa, Pastore criticou também a LBC (Letra do Banco Central) como indexador da economia brasileira, recomendou que seja substituída e que o governo dê ordem ao IBGE para que divulgue a inflação em data marcada. "Nada impede que a inflação seja divulgada no dia 30 de cada mês", assinalou.

A um interlocutor que insistiu na hipótese de um novo choque heterodoxo, o ex-presidente do Banco Central afirmou que, se o governo sentir-se acuado, poderá tentar a saída, a qualquer tempo. "O tigre pode comer o gatinho. Só que o gatinho somos nós."

Fábio Pahim Jr.